



Setembro/outubro de 2019

JUVENTUDE NA LUTA!

Juventude Aguerriada!

A nossa luta é todo dia, e estamos em constante organização, É HORA de nós jovens, mais uma vez mostrar a, mobilização e resistência na nossa base. Este é um momento onde devemos intensificar a luta ir ao encontro de outros jovens, sendo uma ferramenta que a juventude rural e urbana possa atuar na construção de uma sociedade mais justa, ou seja, retomar um projeto popular para o Brasil e nele um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário com sucessão rural.

É hora , mais do que nunca, de construir alianças do campo e da cidade para a luta comum por mais cidadania, direitos, democracia e justiça.

Vamos firmes juventude rural e urbana em uma só voz, na luta **por democracia, soberania, respeito às diversidades, políticas públicas e sucessão rural.**

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens da CONTAG

4º FESTIVAL NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL
>> *Juventude na luta por democracia, soberania, respeito às diversidades, políticas públicas e sucessão rural* <<

SUBSÍDIOS PARA DEBATES

A HORA É AGORA!

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, mais de seis milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem em municípios rurais. São homens e mulheres que têm direito à uma vida digna, com perspectiva de buscar nossos objetivos e sonhos, com direito à educação, à moradia, ao lazer, à tecnologia, à condições de produção e comercialização dos alimentos que vão para a mesa de todos os brasileiros. É hora de mostrar para o Brasil a força da juventude rural e nossa capacidade de resistir e nos mobilizar para garantir nossos direitos a uma vida digna no campo, floresta e águas do Brasil.

No entanto, estamos em um momento desafiador de nosso País que, para ter esses direitos garantidos, precisamos lutar por questões fundamentais para nossa vida em sociedade: a democracia, a soberania, o respeito às diversidades, por políticas públicas e por sucessão rural. Com o golpe parlamentar e jurídico que resultou no impeachment da presidenta Dilma em 2016, foi interrompido um processo de desenvolvimento que tinha como objetivo promover a inclusão social e redução das desigualdades, com uma gestão que promovia espaços públicos para que a sociedade, em toda sua diversidade, pudesse contribuir para as políticas que influenciariam suas vidas.

Agora é a hora de resistir a todos os ataques feitos à democracia, para garantir que o povo brasileiro possa escolher a direção de seu desenvolvimento, elegendo seus representantes, fazendo manifestações, participando de conselhos e conferências, exercendo seu direito de criticar qualquer gestão pública. Agora é hora de ir as ruas, de conversar com parlamentares, de nos mobilizar para garantir nosso presente e nosso futuro com oportunidades e dignidade.

Neste documento, trouxemos informações sobre a atual conjuntura do País, para que sirvam de subsídios para a construção da pauta dos e das jovens do campo, floresta e águas do Brasil a ser defendida no 4º Festival Nacional da Juventude Rural, que já está em construção. Essas informações que traremos a seguir têm como meta fortalecer nossos argumentos em debates e contribuir para que nossas demandas tenham objetivos claros.

Além das questões propostas no lema do 4º Festival – *Juventude na luta por democracia, soberania, respeito às diversidades, políticas públicas e sucessão rural* – incluímos também outras questões debatidas pela juventude como um todo, incluindo a urbana, como educação, questões ambientais, desemprego, depressão e drogas.

O festival

Junto com a Marcha das Margaridas e o Grito da Terra, o Festival Nacional da Juventude Rural é uma grande mobilização realizada pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. O objetivo do Festival da Juventude é destacar o protagonismo dos e das jovens trabalhadores rurais na luta por políticas públicas que garantam o desenvolvimento rural sustentável e solidário. É o momento em que a juventude rural mostra para a sociedade suas demandas, sua cultura, seu entusiasmo e sua vontade de transformar a realidade.

Já foram realizadas três edições do Festival Nacional da Juventude: em 2007, 2010 e 2015. Cada um deles trouxe avanços para os(as) jovens rurais, como o Consórcio Social da Juventude Rural Rita Quadros, assinatura de edital de fomento para projetos de cooperativas e associações de jovens, proposta de elaboração do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, entre outras propostas.

Destacamos que no 3º Festival da Juventude Rural, realizado em 2015, a juventude do MSTTR pautou a proposta do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. As juventudes do campo, da floresta e das águas propuseram ao governo federal a elaboração de um documento que reunisse estratégias e ações para garantir a sucessão rural no Brasil. Na oportunidade, a presidenta Dilma Rousseff determinou a formação de um Grupo de Trabalho e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural começou a ser construído pelo Comitê de Juventude do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), ainda no 1º semestre de 2015, considerando ainda a realização da 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro daquele ano, na qual mais de duas mil propostas vindas das etapas territoriais e estaduais foram sistematizadas e consideradas para a construção do Plano.

A partir de agora, vamos nos aprofundar em cada uma das questões levantadas por nossa Comissão Nacional de Jovens da CONTAG para compor o lema de nosso 4º Festival Nacional da Juventude Rural: *“Juventude na luta por democracia, soberania, respeito às diversidades, políticas públicas e sucessão rural”*. São questões que vão guiar nossas discussões para a proposição das pautas que apresentaremos para os poderes executivo e legislativo com o objetivo de avançar na conquista de nossos direitos. Começaremos pela democracia, conceito fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária para todas e todos.

DEMOCRACIA

No primeiro artigo da Constituição de 1988 está escrito: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O poder é do povo. Isso significa que ouvir e respeitar a voz da sociedade é um dever de nossos representantes. Por isso, os governos devem proporcionar espaços para que haja efetivamente participação popular nas decisões políticas que influenciam suas vidas. Deve também respeitar as instituições que produzem e compartilham informações relevantes para que a sociedade possa tomar decisões, como órgãos de pesquisa e a imprensa.

A democracia está ameaçada neste atual governo. No dia 9 de setembro, um dos filhos de Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, fez a seguinte postagem na rede social Twitter: *“Por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos... e se isso acontecer. Só vejo todo dia a roda girando em torno do próprio eixo e os que sempre nos dominaram continuam nos dominando de jeitos diferentes!”*. A declaração foi considerada por juristas, políticos e diversos especialistas uma ameaça direta à democracia.

Para a Secretaria de Jovens da CONTAG, é preciso lutar para que os espaços de participação da sociedade sejam garantidos e respeitados. Entendemos também que nesses espaços deve haver diversidade nas vozes a serem escutadas, ou seja, pessoas de diversas origens, classes sociais, gêneros e religiões. Além disso, para uma democracia forte é preciso liberdade de expressão e acesso à informação. A juventude rural sempre lutou por acesso à tecnologia, instrumento cada vez mais necessário para o desenvolvimento social e a essa luta soma-se agora a luta pelo direito de se manifestar e de ter informações que orientem nossas decisões e vidas. A seguir, veremos um pouco mais sobre essas questões.

Desmorte da participação popular

Mas não é apenas nas redes sociais que a ameaça se revela. No dia em que completou 100 dias de governo, Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759/2019, com o objetivo de diminuir de 700 para menos de 50 o número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), além de extinguir todos os comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que reúnam sociedade civil e governo que não foram determinados por leis específicas.

Esses colegiados são fundamentais para a democracia, pois garantem que a sociedade civil possa debater e propor políticas públicas que realmente atendam às necessidades do povo brasileiro. Nos conselhos, fóruns, comissões, grupos de trabalho e outros colegiados, os representantes de movimentos sociais, sindicais, ambientais e outros, podem dialogar com representantes do governo federal para apresentar suas demandas e participar da construção das políticas públicas.

Entre os ameaçados pelo decreto estão o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), o dos Direitos do Idoso (CNDI), o de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o de Relações do Trabalho, o de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a da Biodiversidade (Conabio), o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI).

O governo também tem editado decretos que alteram a composição e o funcionamento de Conselhos previstos em lei, que não podem ser extintos. Um exemplo é o Decreto nº 10.003 de 2019, que retira o caráter democrático do Conselho Nacional de Direito da Criança e do Adolescente (Conanda), como retirar a previsão de destinação de recursos para o seu funcionamento, diminuir a frequência das reuniões, passando a ocorrer trimestralmente, e por meio de videoconferência dos não residentes em Brasília, e inviabilizar o processo de escolha dos representantes de forma democrática, passando a ser por meio de processo seletivo e não eleições. Essas mudanças desrespeitam a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o regimento interno do Conanda.

Acesso à informação

Para que o povo possa decidir de acordo com seus interesses e possa fiscalizar a ação de seus representantes, é preciso informação confiável e de qualidade, fornecida por instituições que trabalhem seriamente na produção de conhecimento e informação. Podem ser órgãos de imprensa ou órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por exemplo.

Em diversas declarações, o governo Jair Bolsonaro coloca em dúvida as informações fornecidas por esses órgãos, afirmando que não correspondem à realidade, como os números sobre desemprego no Brasil, que já chega a 13 milhões de pessoas, e números sobre o aumento do desmatamento da Amazônia. O atual presidente chegou a exonerar o presidente do INPE, Ricardo Galvão, depois de o instituto ter divulgado dados sobre o aumento do desmatamento da Amazônia. O atual governo também ataca os meios de comunicação que denunciam os prejuízos causados pelas decisões de seus gestores e, além disso, muitas vezes compartilha notícias que reforçam o discurso de ódio e preconceito. São vários os exemplos de jornalistas que foram demitidos ou silenciados depois de publicarem matérias de crítica ou denúncia ao governo Bolsonaro: Fabio Pannunzio (demitido da Band), Marco Antonio Villa (demitido da Jovem Pan), Raquel Sheherazade (afastada do SBT), Ruth Manus (demitida do Estadão) e o falecido Paulo Henrique Amorim (afastado da Record).

A imprensa é instrumento fundamental para a democracia, ao fiscalizar a gestão pública, denunciar atos ilícitos e o descumprimento de direitos da população. A imprensa dá voz à sociedade e compartilha informações úteis para que a população faça escolhas conscientes. Ela não pode ser censurada nem manipulada, para garantir uma democracia forte.

SOBERANIA

Há dois tipos de soberania: a soberania nacional, que significa a defesa do território, de riquezas naturais, das fontes de energia, das empresas estatais e patrimônio, da cultura e inteligência de um povo, da capacidade de um país de produzir alimentos para sua população. Um país é soberano quando coloca conjunto de riquezas a favor de seu desenvolvimento.

Há também a soberania popular, que garante que o povo tenha o poder de tomar as decisões de seu país. A soberania popular está profundamente relacionada com a democracia e, por isso, o desmonte dos Conselhos e outros colegiados são também ataques à soberania do povo brasileiro, que não conta mais com espaços onde expor suas demandas e contribuir para a construção de políticas públicas. A soberania popular diz respeito também à autodeterminação dos povos sobre seus territórios, ou seja a decisão sobre como gestar os territórios, e construir seus sistemas agroalimentares, por exemplo.

Para a juventude rural da CONTAG, lutar por soberania significa lutar pelo nosso direito, como brasileiros(as), a decidir como queremos viver em nosso país: com igualdade, justiça,

oportunidade para todos, respeito às diversidades e ao meio ambiente. Queremos o que está proposto em nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), para que a juventude rural tenha o direito de uma vida digna. A seguir, vamos nos aprofundar nas questões de soberania que mais estão ameaçadas neste momento político de nosso país: as privatizações e os ataques à autodeterminação dos povos.

Privatizações: grande ataque à soberania nacional

Desde que assumiu a presidência da República, Jair Bolsonaro está atacando a soberania nacional e popular. Uma das formas de ataque é a ampla agenda de privatizações de empresas estatais, em segmentos que são fundamentais para o desenvolvimento e segurança do Brasil. O primeiro ataque foi a venda de grande parte da empresa de fabricação de aeronaves, Embraer, para a empresa norte-americana Boeing. Isso compromete os avanços da engenharia nacional e os empregos que a Embraer gera no Brasil, além de transferir tecnologia para os Estados Unidos.

Em julho de 2019, o governo Bolsonaro entregou o controle da BR Distribuidora, que é parte da Petrobrás, vendendo gasodutos e oleodutos. Até o fim de 2019, o governo pretende leiloar uma gigantesca área de exploração e produção de petróleo no pré-sal. Um dos grandes objetivos desse governo é privatizar a Petrobrás e entregar os campos do pré-sal para empresas estatais estrangeiras. Isso significa entregar para outros países setores estratégicos da nossa economia, que é a produção de energia e combustíveis.

Há planos para privatizar ainda os Correios, a Eletrobrás e a Casa da Moeda, submetendo aos interesses de empresas privadas o controle de nossas correspondências, de nossa geração de energia e fabricação de nosso dinheiro. Em agosto de 2019, Bolsonaro anunciou uma lista de empresas que devem ser privatizadas: a Telebrás, Companhia Docas do Estado de São Paulo, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa Gestora de Ativos, Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, além de 11 ferrovias, 21 portos e 22 aeroportos.

Em 200 dias de governo Bolsonaro, foram vendidos R\$ 16 bilhões em ações de bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O controle desses agentes financeiros por empresas privadas significaria acabar com a possibilidade de o Estado intervir para reduzir juros e garantir crédito para o povo, abrindo espaço para a ganância do mercado financeiro.

O ataque à nossa soberania nacional passa ainda pelo acordo que Bolsonaro realizou em março de 2019, que concede o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, para os Estados Unidos. O acordo ainda deve ser discutido pelo Congresso Nacional. O local é um ponto estratégico de lançamento de foguetes e satélites, além de ser também área de terras quilombolas. Com o controle da base de Alcântara, os norte-americanos poderão decidir quem entra e quem sai dessa área, que está em nosso território. Trata-se de um exemplo concreto da submissão de Bolsonaro aos interesses do país liderado por Donald Trump.

As privatizações afetam a juventude rural na medida em que tornam o Brasil um país cada vez mais pobre e sem condições de utilizar suas riquezas para o crescimento do país. Quando uma empresa privada controla o uso da terra, da água, da energia, dos combustíveis, ela vai utilizar os lucros somente para o crescimento da riqueza de seus sócios e investidores e não no bem estar da população brasileira. Bilhões de reais deixarão de ser investidos em educação, saúde, tecnologia, cultura e lazer para nossos jovens do campo, floresta e águas, assim como para a

juventude urbana. Várias gerações serão prejudicadas porque nossos recursos serão enviados para outros países em vez de desenvolver nosso território e nosso povo.

A juventude rural da CONTAG apontou ainda outra grande questão do momento atual: a necessidade de respeitar às diversidades. Há uma crescente onda de preconceito e violência contra todas as chamadas “minorias”. O machismo, a homofobia, o racismo e outros tipos de preconceito estão tomando cada vez mais força no Brasil e no mundo, e é preciso resistir a essa tendência e lutar pelo respeito e inclusão de todas as pessoas, independentemente de gênero, cor, orientação política ou religiosa: todos(as) devemos ser respeitados(as). É sobre isso que vamos ler agora.

RESPEITO ÀS DIVERSIDADES

Além de construir uma sociedade justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, é objetivo fundamental da República brasileira “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, como está descrito no 3º Artigo de nossa Constituição de 1988. Somos um país de diversidade, como sabemos da formação de nosso povo com várias origens, tons de pele, tipos de cabelo, identidades de gênero, com diversas classes sociais e religiões.

Mas essa diversidade é consequência de muita violência sexual contra mulheres negras e indígenas, e da invasão dos nossos territórios, que foram banhados pelo sangue dos povos originários que aqui viviam e dos(as) africanos(as) escravizados(as). Ainda que o debate sobre o racismo tenha se ampliado e que tenha havido a efetivação de políticas públicas e mecanismos legais de promoção da igualdade racial, o racismo ainda é prática criminosa que se reproduz na sociedade, e se baseia na ideia de superioridade de determinado segmento racial sobre outro. Atualmente, essa mentalidade está tomando força novamente graças à retórica de quem se encontra no poder.

Exemplos dessa violência não param de surgir nos jornais todos os dias. No dia 3 de setembro de 2019, um rapaz negro de 17 anos foi despido e chicoteado por seguranças de um supermercado em São Paulo após tentar roubar uma barra de chocolates. Também em setembro, um rapaz homossexual foi espancado por um motorista de ônibus por se abraçar ao namorado dentro do veículo. Na Bienal do Livro, no Rio de Janeiro, o prefeito da cidade, Marcelo Crivella, determinou a censura de obras com conteúdo LGBTI.

Precisamos debater as relações de gênero para além da ideia de homem e mulher, como se estas fossem as duas únicas possibilidades de existir e ser no mundo. Mais do que reconhecer estas existências, diversas e legítimas, é preciso defender o direito da população LGBTI a estarem inseridas na vida social com igualdade de oportunidades e podendo viver livremente a sua sexualidade e identidades de gênero, afinal, é direito humano fundamental, que deve ser assegurado, principalmente no contexto de uma sociedade democrática.

A juventude rural da CONTAG, composta por jovens de todas as cores e diversas origens e orientações, acredita na necessidade de fortalecer a inclusão, a participação e a visibilidade de toda a diversidade de pessoas existentes na sociedade. A juventude que mais é afetada pela violência são os rapazes negros, de acordo com o estudo Mapa da Violência de 2017. Todas e todos têm direitos iguais e precisam ter igual acesso à políticas públicas de educação, saúde, tecnologia, acesso à terra e a meios de produção e comercialização. É sobre esse tema que falaremos a seguir.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Afirmando que para enfrentar a crise econômica era preciso diminuir custos, o então presidente Michel Temer adotou uma política de corte de orçamentos de políticas públicas e congelamento de gastos e extinção de programas sociais que penaliza os mais pobres. Essa política continua e foi piorada com Jair Bolsonaro.

Logo após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão criado pelo governo Lula que criava e geria programas voltados para a agricultura familiar. No final daquele ano, Temer foi o responsável pela aprovação da Emenda 95, que congelou por 20 anos os investimentos públicos, uma iniciativa que é a base do aumento da pobreza no Brasil nos últimos três anos. Temer também trabalhou pela aprovação de uma reforma Trabalhista que não gerou os empregos prometidos, que só retirou direitos e proteção social.

Na gestão de Bolsonaro, a prioridade é a aprovação de uma reforma da Previdência prejudicial aos trabalhadores(as), que amplia a desigualdade e não elimina privilégios. O atual governo também aprofunda o desmonte de políticas públicas sociais como o Bolsa Família, o de Habitação Rural, e programas bem sucedidos de enfrentamento de problemas sociais como o de aquisição de alimentos da agricultura familiar, o programa de cisterna do semiárido, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), com orçamentos quase zerados.

Essas iniciativas são responsáveis por aumentar, apenas nos últimos três anos, em 2 milhões o número de pessoas consideradas extremamente pobres, jogando a população na miséria, além de ameaçar a segurança alimentar e nutricional e não provocar crescimento econômico. Este governo, em vez de ter políticas voltadas para o povo, prefere defender o capital financeiro. A educação é uma das formas para garantir o desenvolvimento de uma sociedade e esse direito está sendo historicamente negado à juventude rural. Houve uma mudança nesse cenário entre os anos de 2003 e 2015, quando muitos programas voltados para a educação do campo foram criados e quando 18 universidades e 360 institutos federais foram criados no interior do Brasil, democratizando o acesso ao ensino superior. Todas essas iniciativas começaram a ser desmontadas a partir de 2016.

Educação

O governo de Jair Bolsonaro anunciou um corte de 30% dos recursos para educação. Universidades e Institutos Federais estão sem dinheiro para pagar contas básicas como eletricidade e limpeza, o que inviabiliza a produção e compartilhamento de conhecimento. A Universidade Federal do Mato Grosso teve a luz cortada, a Universidade Federal do Paraná anunciou que vai fechar o restaurante universitário, Universidade Federal Fluminense teve suas atividades prejudicadas, a Universidade Federal do Sul da Bahia teve 53,96% de seu orçamento cortado, e esses são apenas alguns exemplos.

Em setembro, foi anunciado que não haveria recursos para pagar as bolsas de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mas devido à pressões de movimento sociais e sindicais, o governo anunciou o pagamento de algumas bolsas prioritárias e o descontingenciamento de recursos para a educação. O fim das bolsas de pesquisa significaria provocar um “apagão” na produção científica nacional, uma vez que 95% da ciência brasileira é produzida nas universidades federais e a inovação com alto retorno econômico no Brasil ocorre dentro do sistema público, que — da Embrapa ao SUS, passando pela Petrobras e pela Embraer (que era pública também) — trabalha em parceria com as universidades públicas.

Os mais prejudicados pelos cortes no ensino superior são jovens de baixa renda e negros, pois desde que a Lei das Cotas entrou em vigor, em 2012, o perfil dos universitários brasileiros mudou: em 2018, 51% dos universitários eram negros(as), 65% vieram de escolas públicas e 70% tinham renda familiar per capita de um salário mínimo e meio. Os cortes colocam em risco a permanência desses estudantes nas universidades federais públicas e gratuitas.

Além de dificultar o caminho desses jovens para melhores condições de vida – a maioria deles é a primeira pessoa da família a ingressar no ensino superior – o sucateamento da educação abre espaço para iniciativas como o Future-se, programa do governo que prevê a criação de um fundo privado para financiamento das federais e a inserção de Organizações Sociais na gestão dessas instituições, atuando desde a administração financeira até o ensino. O programa será de adesão voluntária, mas mais de 40 instituições de ensino federais já recusaram a proposta, pois avaliam que fere a autonomia universitária e não deixa claras as regras de gestão.

A educação do campo sofre ainda mais com os cortes, e políticas como o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec-Campo) estão praticamente parados. Junto com o fechamento de escolas no meio rural, há um verdadeiro desmonte das oportunidades dos(das) jovens rurais terem acesso a educação pública de qualidade.

SUCESSÃO RURAL

Os cortes orçamentários nas políticas públicas que contribuía para o desenvolvimento sustentável do campo, florestas e águas tornam ainda mais difíceis a permanência da juventude no campo e a sucessão rural. Os cerca de nove milhões de jovens rurais entre 15 e 32 anos têm cada vez menos acesso a educação e políticas que contribuam para a produção, comercialização e geração de renda. A falta de acesso à terra é uma das principais questões que dificultam a sucessão rural. Há cada vez menos recursos para a compra de terras pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

A luta pela sucessão rural não é uma bandeira nova da juventude rural. Em fevereiro de 2016, fruto de negociações do 3º Festival da Juventude Rural, realizado em 2015, lideranças jovens dos movimentos sociais do campo de todas as regiões do País se reuniram em Brasília para formular e priorizar propostas na Oficina de Diálogos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. O plano é, portanto, o resultado de um intenso diálogo com a sociedade civil e de esforços de coleta de dados sobre o perfil da juventude brasileira, bem como sobre o alcance das políticas públicas de juventude rural do governo federal. Assim, pouco antes do Golpe na democracia, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, que trouxe o 1º Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, materializado no Decreto Presidencial Nº 8.736, de 3 de maio de 2016.

O Plano teve como objetivos ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; proporcionar condições para o acesso à terra e à oportunidades de trabalho e renda, por meio de inclusão produtiva; e ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios, especialmente das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária.

Suas ações distribuem-se em cinco eixos temáticos:

- 1) Terra e Território

- 2) Trabalho e Renda
- 3) Educação do campo
- 4) Qualidade de Vida
- 5) Participação, comunicação e democracia

O conjunto das ações orienta-se por cinco diretrizes fundamentais:

- 1) garantia dos direitos sociais e da juventude;
- 2) garantia de acesso a serviços públicos e às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
- 3) estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais;
- 4) valorização das identidades e diversidades individual e coletiva da juventude rural; e
- 5) atuação transparente, democrática, participativa e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.

Porém, na atual conjuntura não temos mais programas nem ações governamentais que visem à diversidade da população do campo da floresta e das águas, o que sinaliza que este governo já disse “Não” para as(os) jovens rurais. É preciso resgatar essa conquista e garantir recursos para que o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural seja atualizado e colocado em prática, para atender às demandas dos jovens do campo, floresta e águas do Brasil.

A seguir, falaremos de outros temas que também afetam diretamente a vida da juventude não apenas rural, mas também urbana: as questões ambientais e a depressão causada pela falta de perspectivas e que está aumentando o consumo de drogas entre jovens.

As questões ambientais afetam toda a nossa vida, pois sem água e sem solo fértil não é possível a existência de nenhum ser vivo. Nosso futuro e o futuro das próximas gerações estão ameaçados pelo desmatamento de biomas fundamentais para o abastecimento de água do Brasil e do mundo. No Brasil, temos seis biomas (Cerrado, Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa), mas dois deles estão sobre um severo ataque do agronegócio e da ganância humana: a Amazônia e o cerrado. Estes dois biomas são os principais responsáveis pela distribuição de chuvas e abastecimento de nascentes dos nossos rios, por isso ganharam destaque em nossas discussões.

QUESTÕES AMBIENTAIS

Quando ainda era candidato, Bolsonaro propôs extinguir o Ministério do Meio Ambiente, proposta que foi rejeitada até mesmo pelo setor ruralista. Por ter sido, ele mesmo, multado por pescar em área de proteção ambiental em Angra dos Reis (RJ), afirmou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) era uma “indústria de multa” e que estava ao lado dos ruralistas e contra o órgão fiscalizador. Ao se tornar presidente, exonerou o fiscal que o multou, uma atitude que demonstra grande autoritarismo. O então candidato Bolsonaro também afirmou que não daria “nem um centímetro” para demarcação de terras indígenas.

Eleito, Bolsonaro colocou em prática seu discurso: o corte relacionado ao Ibama foi de R\$ 89 milhões, quase metade do valor destinado ao órgão. Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o corte foi de R\$ 187 milhões. Além de dificultar a ação desses órgãos ao retirar seus recursos financeiros, Bolsonaro também desqualificou as informações dadas pelo INPE sobre o aumento do desmatamento da Amazônia, como vimos anteriormente, demitiu o presidente do órgão e seu ministro Ricardo Salles ignorou todos os alertas de incêndio enviados pelo INPE desde janeiro.

Além disso, anunciou um sistema que alerta antecipadamente os locais onde haverá fiscalização, transferiu o Serviço Florestal Brasileiro do MMA para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e cortou 50% do orçamento do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama (Prevfogo/Ibama). Dessa forma, houve redução de 34% no número de autuações ambientais em 2019 e o desmatamento da Amazônia aumentou 15% de 2018 para cá. No dia 10 de agosto, um grupo de ruralistas executou o “Dia do Fogo”, em que provocaram um processo de queimadas com danos ambientais imensuráveis. A fumaça, ao chegar à São Paulo seis dias depois, escureceu o céu da cidade e chamou a atenção de todo o mundo. Por essas ações prejudiciais ao meio ambiente, a Alemanha e Noruega suspenderam o repasse de recursos ao Fundo Amazônia. O montante, que correspondia a R\$ 3,4 bilhões, custeava, por exemplo, os helicópteros usados para fiscalização e combate a incêndios na floresta.

A floresta amazônica é responsável por grande parte das chuvas de nosso país, pois as árvores soltam água na atmosfera, que é levada pelos ventos para outras regiões do país. É o fenômeno conhecido como “rios voadores”, tal é a quantidade de água no ar. Se a floresta deixa de existir, todo o país sofrerá com secas e aumento da temperatura, com grandes prejuízos para a produção de alimentos e a própria sobrevivência de todos os seres vivos, pois sem água, não há vida.

Cerrado, o berço das águas

Não podemos esquecer que está em curso também a destruição do Cerrado e de outros biomas brasileiros. O cerrado está cada vez mais ameaçado pelo avanço constante da pecuária e das monoculturas de soja e eucaliptos, além da construção de hidrelétricas e da queimada para a produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica. O agronegócio está destruindo o cerrado em busca de lucro, sem considerar que o cerrado é o lar de milhares de indígenas, quilombolas, agricultores familiares, além de ser o berço das águas, lugar onde estão as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata). Além disso, é nesse bioma onde estão localizados três dos principais aquíferos do país: Bambuí, Urucuia e Guarani.

A agricultura familiar significa praticamente o oposto dessa política: significa a diversidade produtiva, em oposição à monocultura, significa o respeito à legislação ambiental e a necessidade de preservação da água e do solo para garantir a própria sobrevivência. Nós, jovens agricultores e agricultoras familiares, somos o presente e futuro da produção de mais de 70% dos alimentos que vão para as mesas dos brasileiros todos os dias. Nós somos a garantia da segurança e soberania alimentar de nosso país.

Privatização da água

O sistema neoliberal intensifica a transformação dos bens comuns em mercadoria, através de processos de privatização, precificação e financeirização até mesmo de recursos naturais como a água. Grandes corporações estão em processo de invadir, apropriar e controlar política e economicamente dos territórios, das nascentes, rios e reservatórios, para atender os interesses do agronegócio, hidronegócio, indústria extrativista, mineração, especulação imobiliária e geração de energia elétrica. Tudo esse processo foi denunciado no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), realizado em Brasília (DF) em março de 2018. A privatização da água, como já ocorre em países como o Chile, afeta a agricultura familiar, toda a sociedade e o futuro das nossas gerações.

DEPRESSÃO

A falta de perspectiva de educação, de emprego, a falta de opções de cultura, lazer e esporte levam cada vez mais jovens a ficarem doentes, sem motivação para viver. Muitos não conseguem enxergar uma maneira de ter uma vida melhor e acreditam que não há solução para os problemas.

De acordo com o Ministério da Saúde, estima-se que 11 milhões de brasileiros(as) sofram com depressão atualmente. Os sinais mais frequentes de depressão são irritabilidade, ansiedade, angústia, desânimo, cansaço fácil, e diminuição ou incapacidade de sentir alegria. Outros sintomas são: aumento de sentimentos de medo, baixa autoestima, dificuldade de concentração, perda ou aumento do apetite e do peso, raciocínio mais lento e episódios frequentes de esquecimento.

A falta de motivação e o pessimismo que vêm junto com a depressão podem ter como resultado comportamentos suicidas. De acordo com relatório divulgado no dia 9 de setembro pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos o suicídio é a segunda causa de mortes entre as meninas, após as complicações na gravidez, e a terceira entre meninos, depois de acidentes de trânsito e violência.

Segundo OMS, 9 em cada 10 mortes por suicídio podem ser evitadas e a prevenção é fundamental. Mas o assunto ainda é considerado tabu, e é fundamental que em momentos difíceis as pessoas consigam pedir ajuda para familiares, amigos ou um médico. No meio rural, no entanto, a falta de médicos e profissionais de saúde dificultam o diagnóstico e tratamento. O desmonte do SUS e a falta de condições de trabalho afastam os profissionais de saúde do interior do Brasil, onde faltam as especialidades básicas e também psiquiatras, psicólogos e outras formas de tratamento da doença.

É interessante destacar que a OMS aponta que o acesso restrito a pesticidas é uma medida que tem se mostrado eficaz para evitar casos de suicídio, tendo em vista que os produtos são altamente tóxicos e podem levar à morte quando não há antídoto ou serviços médicos próximos. Além do envenenamento proposital, o uso de agrotóxicos como parte do modo de produção pode causar intoxicação involuntária que causa diversos tipos de doença, principalmente câncer.

Mas antes de tudo é preciso avaliar as causas estruturais da depressão entre a juventude. O Estatuto da Juventude afirma que é dever do estado oferecer as condições básicas de educação, esporte e lazer para o desenvolvimento de uma vida plena, com oportunidades e chances para a realização de sonhos. O modelo econômico neoliberal prega que o indivíduo deve ser o responsável por seu próprio sucesso e desenvolvimento, e prega a diminuição da atuação do Estado na economia, com menos políticas de bem-estar social. No entanto - em um país como o Brasil, de grandes desigualdades históricas, onde o racismo, o machismo, a homofobia e vários tipos de preconceito impediram, e ainda impedem, o acesso de milhões de pessoas a condições mínimas de vida - é injusto exigir que o indivíduo seja deixado à própria sorte para vencer tantos obstáculos estruturais impostos historicamente.

Desemprego

Um desses obstáculos a uma vida digna é a falta de empregos. A falta de perspectivas de gerar renda para sobreviver e realizar sonhos é uma das grandes responsáveis por aumentar o número de deprimidos entre os(as) jovens do campo, floresta, águas e também cidades. Desde o golpe de 2016, o número de desempregados só aumenta, de acordo com o IBGE. Em 2017, um ano depois do impeachment de Dilma Rousseff, chegou a 13,7% da população e em 2019

chegou a 12,7%, o patamar mais alto desde 2004. O Brasil tem em 2019 mais de 13 milhões de desempregados(as). Desse total, 29% são mulheres.

Esses números são resultado de uma economia estagnada, em que não há investimento público em infraestrutura, educação, nem valorização do salário mínimo e de benefícios sociais. A necessidade de pagar as contas aumenta o emprego informal, sem qualquer tipo de benefícios trabalhistas ou segurança social. Caso a reforma da previdência seja aprovada como está, um número cada vez maior de brasileiros(as) não terá tempo de contribuição necessária para se aposentar com dignidade, uma vez que passou muito tempo sem ter carteira assinada ou fazer qualquer forma de contribuição para o INSS.

Esses números afetam a juventude rural que sai do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. Moças e rapazes que saem do meio rural para estudar vão encontrar cada vez mais dificuldade de acesso à educação e empregos dignos, aumentando a massa de desempregados ou dos que precisam se submeter a subempregos. Para muitos(as), uma das soluções para fugir dessa realidade é a busca por drogas. Essas substâncias fazem com que os(as) jovens esqueçam por alguns momentos todos os problemas e dificuldades, mas trata-se de um alívio falso: porque a realidade dura continua ali e precisa de toda nossa força e saúde para ser modificada.

4ª Revolução Industrial

Um dos aspectos que precisamos considerar quando pensamos em desemprego é a chegada da chamada “4ª Revolução Industrial”. Ela é caracterizada pela convergência dos processos de automação, digitalização, engenharia genética, inteligência artificial e a “economia de plataformas”. Um conjunto dessas inovações tem provocado profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais prometem impactar a forma de organização e representação sindical, além de promover nossos serviços que estão alterando as formas de trabalho rural tanto para o(a) agricultor(a) familiar como para o assalariado(a). Para o campo, floresta e águas o mercado tem chamado de *agricultura de precisão* ou empresas *agrotech* as operações que visam otimizar recursos humanos e financeiros nas atividades agropecuárias por meio dessas novas tecnologias.

Um trator pode ser operado pelo GPS. Sensores orientam com precisão o trator, além de máquinas que podem arar, adubar, semear, podar, pulverizar e colher. Todas estas funções eram feitas por pessoas operando máquinas. As técnicas de digitalização da produção calculam o estoque de carbono no solo, a qualidade do solo (por meio de um aplicativo de celular) e cruza com as previsões meteorológicas para definir o melhor momento de plantio. Com o reconhecimento de imagem teremos a identificação de quais e onde as frutas e verduras da lavoura estão boas ou não para colheita. Com o uso de *drones* é possível saber quais áreas da plantação está mais ou menos infestada, de modo que a pulverização agrícola é mais precisa, pois pode ocorrer apenas numa parte afetada pela praga. Sensores ajudam no monitoramento da produção de leite e o teste de qualidade é feito *online*. A engenharia genética está produzindo “carne” de origem vegetal para substituir a carne bovina e promete reduzir rebanhos e o efeito estufa decorrente, além de reduzir o uso de água, pastagens, de vacinas e mão de obra.

Tudo isso pareceria uma boa alternativa não fosse a redução drástica dos postos de trabalho no meio rural, principalmente para a juventude. O uso de máquinas e implementos que demandavam bastante assistência técnica e o já reduzido trabalho de tratorista, operadores de máquinas e no manejo de gado de leite serão drasticamente limitados. Além disso, a tecnologia, que sempre foi considerada uma porta de entrada para o protagonismo da juventude rural na produção familiar, estará concentrada nas mãos de pouquíssimas empresas

internacionais, e isso causará uma elitização da produção agrícolas com efeitos danosos para a concorrência entre agronegócio e agricultura familiar, bem como entre as famílias mais e menos consolidadas no próprio seio da agricultura familiar.

No setor urbano, destaca-se a “economia das plataformas” que parece, pela conjuntura de desemprego especialmente para a juventude, ser uma grande alternativa de trabalho por conta própria, mas implica, para ter algum ganho substantivo, trabalhar de 12h a 16h diárias ao custo de 25% de taxa da empresa como no caso da Uber. Como entender isso como o indivíduo sendo “dono do seu próprio negócio”? Em todos os casos, como construir uma representação sindical em tempos de trabalhos intermitentes? As implicações para as relações de trabalho e o acesso a direitos estarão comprometidos, sobretudo em termos trabalhistas e previdenciários (no acesso e no financiamento do sistema). A juventude rural precisa compreender esse processo de modificação das formas de trabalho no campo e nas cidades para contribuir para novas atuações na luta por direitos trabalhistas e vida digna.

Drogas

“Beber para esquecer”, “encher a cara”, “apagar”. Em quantos de nossos municípios, os bares são a única opção de lazer da juventude? O álcool é uma droga lícita, ou seja, permitida por lei, mas nem por isso deixa de ser perigosa. Além das consequências comuns da embriaguez (como diminuição da consciência, dos reflexos, perda da memória, dificuldade de fala), o excesso de álcool pode trazer problemas físicos e psicológicos como o alcoolismo, a depressão, a violência. Ele pode ser também a porta de entrada para outros tipos de droga, ilícitas, como a maconha, a cocaína e o crack.

O problema do uso de drogas pesadas no campo não é novo. De acordo com pesquisa realizada em 2011 pela Confederação Nacional dos Municípios, (CNM), o crack já substituíra o álcool entre as drogas mais consumidas nas zonas rurais, aumentando os índices de violência e o tráfico de drogas, inclusive perto de escolas. Um dos levantamentos da CNM apontou a presença do crack em 98% dos municípios pesquisados, sendo considerado pelos prefeitos um dos maiores desafios da saúde pública municipal.

As drogas são muitas vezes encaradas pela juventude como uma alternativa à triste realidade de pobreza e falta de horizontes. São também vistas como forma de diversão e rebeldia, na falta de outras oportunidades saudáveis e construtivas de lazer e cultura. Além de ser um tema de saúde pública e segurança, as drogas são uma consequência do descaso dos poderes públicos com as necessidades da juventude de se expressar, de se conhecer e de sonhar.

Juventude rural, a hora é agora!

Somos jovens e temos sonhos. Somos cidadãos e cidadãs, temos direitos. Somos brasileiros e brasileiras, temos diversidade social e riquezas naturais que precisam ser respeitadas e protegidas. Nós precisamos mostrar para o mundo nossas demandas, nossa cultura, nosso potencial. Nesse momento político e econômico de nosso país, precisamos lutar em defesa de nossa democracia, de nossa soberania, pelo respeito às diversidades, por políticas públicas e pela sucessão rural que vai garantir a vida digna no campo agora e no futuro. Precisamos lutar agora, momento em que as ameaças estão saindo dos discursos e virando realidade.

A juventude rural da CONTAG está mobilizada para resistir e cobrar dos governantes o cumprimento de seus deveres. Em nosso 4º Festival Nacional da Juventude Rural, que será realizado em momento tão difícil para a sociedade brasileira, nós jovens do campo, floresta e águas vamos mostrar que juntos podemos mudar a realidade, fazendo nossas vozes serem

ouvidas e nossas vidas, respeitadas. Vamos nos pôr em movimento atrás de nossos direitos, pois temos força e garra para lutar por um presente e futuro melhores.

No ano de 2020, teremos a chance de começar uma mudança a partir das eleições municipais. Elegendo prefeitos e vereadores que realmente trabalhem pela melhoria das condições de vida em nossas comunidades. Precisamos estar atentos aos discursos dos candidatos e também às suas ações. Queremos representantes que defendam nossa democracia, que ouçam a sociedade, que respeitem as diversidades, que construam políticas públicas que melhorem as condições de vida da população.

Mas luta por uma sociedade mais justa e com oportunidades para todos(as) vai além das eleições: ela é feita também no dia-a-dia, no fortalecimento dos sindicatos, na participação nos espaços políticos, na conversa com amigos e vizinhos sobre esses temas tão importantes. A juventude tem o grande poder de trazer a mudança, trazer novas ideias e novas maneiras de fazer as coisas. Vamos, juventude rural, a hora é agora!